

7. Considerações Finais

O ordenamento jurídico, funcional e administrativo do Estado do Pará assume uma conotação homogeneizadora que vem imprimindo políticas industriais e econômicas em detrimento aos grupos sociais e comunidades locais. Em Barcarena, o agravante deste processo é a estruturação pública instalada que privilegia processos de exclusão sócio-espacial em razão do aprofundamento da escala de produção capitalista em curso no município, cuja aceleração se deu com a formação do distrito industrial.

A acessibilidade e as oportunidades para a comunidade correspondem aos mecanismos para garantia de cidadania lutando contra a ausência e omissão de serviços públicos. Os territórios desses grupos e comunidades locais são amplamente considerados como vitais na abordagem do tema. Para os indicadores de exclusão social, vivenciados pela comunidade, há movimentos para aprimorar a proteção dos direitos sociais já conquistados e o atendimento das novas demandas sociais, vinculadas a demarcação e titulação das terras. A articulação pela defesa da reivindicação social e o fortalecimento da atuação em rede favoreceu a atuação da comunidade com vistas à garantia da titulação do território e a busca de mecanismos de proteção em razão da expansão da espacialidade das empresas mineradoras em curso no distrito industrial de Barcarena. As práticas educativas são vinculadas às estratégias de execução das ações, ao aprimoramento das ferramentas de comunicação e leitura de cenários, ainda tais práticas tendem a minimizar os entraves correlacionados a morosidade do processo de titulação e a falta de informação na comunidade sobre a questão da terra.

Os deslocamentos compulsórios mudaram as relações sócio-espaciais das comunidades na Amazônia. Resultado dos intensos processos de reestruturação produtiva e econômica, sob a égide da acumulação de capital, os deslocamentos são estratégias de desocupação para atender à política de instalação e expansão das empresas de mineração. No caso da Amazônia Oriental, os territórios são disputados, o que resulta também no encontro-choque de projetos contrários liderados por empresas e comunidades. As empresas mineradoras querem o controle do território para a garantia da competitividade e da eficiência administrativa, compatível com a racionalidade instrumental vigente; as

comunidades locais, por seu turno, almejam manterem-se no território, espaço de sua reprodução social. Neste contexto de disputa, em que relações de poder e jogo de interesses se desenvolvem, ocorrem aproximações, negociações e confrontos entre grupos.

Neste campo de interação, composto de intencionalidades, experiências e conflitos, são gerados aprendizados, ainda mais quando se trata de uma comunidade local, que para resistir 18 (dezoito) anos de expropriação sócio-espacial precisou reinventar práticas e lutar para afirmar seus valores e princípios. Desta luta que envolveu dois deslocamentos compulsórios a CNV resistiu, se organizou politicamente e transformou seu modo de vida para garantir sua sobrevivência enquanto comunidade local. Os novos saberes e fazeres instituídos estão no campo da formação política e organização social, permitindo aos sujeitos a compreensão da realidade, a mobilização do grupo e o protagonismo das lideranças para continuarem a afirmar a sua história. As duas escolas construídas no espaço das comunidades – a de Cureperé e a de Nova Vida –, fundadas com o nome de Escola da Montanha, expressam esta postura. Suas denominações têm um simbolismo que marca um período desta história na qual a serventia da escola foi sendo conquistada mediante transformações sociais. Estudar para esta comunidade passou a representar garantia de vida melhor e de cidadania coletiva.

O trabalho assumiu o percurso metodológico de investigação dos aprendizados decorrentes do processo de mobilização e reivindicação diante dos deslocamentos como processo de luta social para continuarem no território. As trajetórias desenhadas na história dos movimentos de desterritorialização da comunidade correspondem a espaços com redes de significação com saberes culturais, por meio dos quais são movidas experiências sociais que foram reconstruídas a partir dos acontecimentos políticos, entendidos e configurados como campos de formação da comunidade. A integração das dimensões espaciais, de produção, de convivência social, de organização sócio-política e de afeto são espaços não-formais de educação que juntas amarram a territorialidade da comunidade, portanto trata-se da reprodução da vida, com saberes e práticas sociais. No conjunto dessa reflexão, está presente a luta social por direito como prática educativa constitutiva de aprendizados e saberes sociais na medida em que a luta pela terra está intrinsecamente ligada ao modo de viver, conferindo à

abordagem as noções política, social, cultural, estética, ambiental, religiosa e econômica.

A comunidade como agente social dinamiza suas ações ao integrar o processo de aprendizagem com as práticas de vida, de produzir, de trabalhar e de mobilizar. A valorização dos conhecimentos desses campos é historicamente constituída como processos integrados que não são separados do ato de aprender, mas é integrante ao sujeito cultural e político que aprende a ser portador de direitos. A prática educativa é feita com os sujeitos e não para eles daí porque a análise transversaliza o território, a produção de vida e a educação, revelada na articulação que produz saberes das experiências sociais, ocorrendo o efeito educativo (GOHN, 2005a) em que a aprendizagem se dá pela prática social” (idem, p. 103) numa perspectiva ampliada de educação. A educação não-formal está presente na forma de organização, na ajuda mútua, nas regras costumeiras e no processo de troca de experiências, nas redes de parentesco com grande intencionalidade pedagógica necessária para a produção de saberes socialmente estabelecidos na comunidade, com suas validades e situações concretas.

Os espaços pedagógicos em que saberes e fazeres foram sendo desenvolvidos correspondiam a processos de enfrentamento e negociação com a empresa instalada no território, são eles: reuniões de mobilização, seminários e palestras com entidades de apoio, reunião de negociação, assembleias, oficinas de formação, sessões da câmara municipal e encontros com órgãos públicos. Com estes processos emergem novos agentes, sujeitos políticos que lançam mão da cidadania coletiva para reivindicar direitos. O contexto comunitário foi assim transformado pelo processo de mudança social e, simultaneamente, os moradores se constituem em agentes políticos. Estes tomam a iniciativa de formar a associação de moradores e passam a negociar com a empresa, a pensar estratégia de reivindicação e fazer parcerias com entidades.

Compreender os deslocamentos como processos educativos implica em adotar uma linha de análise que capture a multiplicidade de processos, agentes e suas ações educativas na apropriação e controle do território. Por isso, foi dada maior ênfase aos deslocamentos, aos espaços pedagógicos a eles associados, bem como aos saberes e fazeres neles produzidos. Para nós, em Barcarena, a dinâmica territorial educou e politizou a CNV. No início de nossa investigação fomos logo dando conta disso. Percebemos também de imediato que os processos de

formação e aprendizagem não ocorreram linearmente, mas numa relações de avanços e recuos. Há um movimento nos modos de aprender, fruto do contexto material e imaterial vivido pelos próprios sujeitos da comunidade, ora circunscrito à luta por direitos, ora em razão de interesses familiares e oportunidades de trabalho e educação escolar. Por meio do deslocamento a comunidade aprendeu com a dinâmica do conflito e com os sofrimentos a: 1) desenvolver a consciência política, 2) praticar a mobilização e organização do grupo, 3) lutar e 4) valorizar a escola e formar lideranças. É nessa dinâmica social que os moradores de Nova Vida vão mediando os elementos objetivos e subjetivos que levarão ao processo de formação que incidem em novas sociabilidades. Essa forma de aprendizagem não está acabada na medida em que é sempre provocada por mudanças, por novos processos e desafios. A educação ocorre quando se constrói idéias, se estabelecem interesses coletivos, se promovem intencionalidades criando estratégias de atuação. A pedagogia ensejada por esta educação é processo porque “foi sendo”, “foi se fazendo”. As vivências e produções ocorreram ao longo do tempo.

A CNV surge como grupo de famílias na Montanha, às margens da Baía do Marajó, em meio aos modos de vida ensinados por antepassados índios e caboclos. Sofre seu primeiro deslocamento em 1993, em decorrência da disputa pelo território com a indústria de mineração em suas terras. Esse acontecimento fez com que a comunidade vivesse situações novas de organização, negociação e relação com autoridades e entidades sociais. É remanejada para Curupéré. Permaneceu no local por 10 anos e, posteriormente, sofreu novo processo de deslocamento em 2003, pois a nova área fazia parte de um território de expansão dos negócios e projetos do Distrito Industrial de Barcarena. Aliado a isso, a área do sítio de Curupéré era conhecida como zona de contaminação da terra e dos rios em função dos dejetos oriundos das empresas ALBRAS/ALUNORTE, instaladas próximo à área, que inclusive dificultava a comercialização dos produtos da comunidade. O fato dos membros começarem a reivindicar seus direitos, a pressionarem a empresa e a estudar de forma ininterrupta (antes eles não tinham essa possibilidade), permitiu o aprofundamento de questões e a sistematização de outros aspectos do cotidiano e da vida política da comunidade. Chegam à Nova Vida em 2004, onde estão até hoje. A comunidade volta a se organizar e exigir melhores condições de vida, pressionando a empresa que não havia cumprido todo o acordo de benfeitorias. A comunidade intensificou a luta pela sua sobrevivência,

mesmo diante de casos de dissidência, conflitos internos e problemas com lideranças. Hoje, em Nova Vida, a comunidade convive com um processo de desgaste e de tentativa de formação de novas lideranças, o que tem exigido um grande esforço de integração e diálogo, mesmo diante de posturas individualizantes.

A posse da terra sempre esteve ligada aos principais objetivos da comunidade, que associou a posse da terra à herança, ao tempo de fixação nela. A lida com a terra era o suficiente para permanecerem no local. Essa opção política orientou os processos de organização, resistência e mobilização da comunidade. O fato da comunidade não possuir o documento de titulação incomodava os moradores, um incômodo que era traduzido em possibilidade de deslocamento. Essa é uma pauta permanente na vida da comunidade. Por ela – a possibilidade do deslocamento – sua história foi construída, ambientando as correlações de forças que envolvem comunidade, empresa e poder público. Os moradores entendiam que o título da terra significava ter liberdade, conviver com tranquilidade, usar a terra e negociá-la, se for o caso. A violação dos direitos de permanecer no território e a reivindicação social para continuar nela é a referência da trajetória política e de mobilização da comunidade. A qualificação da comunidade é fundamental para a sua organização social e à medida que os membros se apropriam da mesma, são produzidas consciências formando sujeitos políticos que reflete a dinâmica de ação coletiva em que pertence. Contudo, a ameaça de novas expropriações tem exigido novos repertórios da comunidade e, ao mesmo tempo, retoma as lembranças das tensões e conflitos.

Essa história constituiu no coletivo uma forte representação de que o futuro é incerto, mas para a grande maioria o futuro corresponde à permanência na comunidade. Os moradores querem continuar morando e vivendo em comunidade e esta é uma decisão fruto da trajetória dos deslocamentos, que ensinaram a todos que unidos a comunidade fica muito mais forte para conseguir os benefícios que precisa.

Analisar as práticas educativas nessas atividades, expostas anteriormente, implicou pensar sobre o sentido de educação que, para a linha de investigação deste trabalho, representa a formação integral do ser humano, consciência da sua intervenção no mundo e na vida. Pode-se, desse modo, compreender prática educativa como ato consciente do homem que orienta a sua prática na sociedade.

Essas considerações nos ajudam a refletir sobre o sentido de socialização da experiência presente nas práticas educativas da CNV. Tais experiências são detentoras de saberes que alicerçam a vida coletiva e contribuem para construção de processos outros de aprendizagem. Sob essa ótica, a comunidade produziu cultura porque constituiu: artefatos, tecnologias de troca, estratégias e recursos de defesa e negociação.

A intensificação da dinâmica territorial e da disputa pelo território fez com que a comunidade reconstituísse seus saberes para se adaptar ao quadro de desestruturação social e ambiental presente e à real possibilidade de dispersão e extinção. Nossa pesquisa aponta que a CNV também passou por essas situações. Enfrentaram-se problemas, conflitos, desobediência de regras, falta de comunicação e, ao mesmo tempo, articularam-se mobilizações e diálogos entre moradores para tratar da situação coletiva da comunidade. Também se envolveu a juventude na luta que passou a tratar da realidade da comunidade. No momento a presidência da associação de moradores vem estimulando o reencontro e a mobilização, especialmente para tratar do futuro da comunidade, pois um dos assuntos que tem tirado o sossego de todos é a possibilidade de um novo deslocamento. Apesar da nossa tentativa em averiguar essa situação, não tivemos retorno por se tratar de um assunto delicado e com informações desconhecidas, mesmo na comunidade. Porém, com a expansão industrial em Barcarena, é muito provável que a implantação da empresa de aço, juntamente com o seu núcleo habitacional, acabe por promover um novo deslocamento da comunidade.

As narrativas apontam que a luta pela terra em Barcarena tem sido historicamente marcada pela disputa dos recursos provenientes da natureza, tanto para a comunidade quanto para a empresa. A CNV viveu e vive esse processo. Em sua história reconstituiu processos de formação a partir da percepção de que os saberes políticos estavam presentes em forma de reação, organização social e formação de redes, aliados aos saberes de outras experiências de contato com a natureza, levando a comunidade a lutar pelo território, sendo fundamental para sua formação e a realização de práticas educativas. Essa condição apresenta especificidades no sentido de compreender a atuação dos membros da comunidade para além da noção naturalizada dos mesmos. Mas como sujeitos políticos, com identidade política, lutando para sobreviver e continuando sendo comunidade local. Essa construção social, cultural e emocional é que dá sentido

de existência para grupos culturalmente marcados pela diferença, por outros saberes, culturas, tradições imbricadas no território e organização social baseada na vida da floresta. São pescadores, pequenos agricultores, ribeirinhos, caboclos e homens e mulheres esperançosos e fortes, que aprenderam e aprendem com a sociobiodiversidade da Amazônia e conseguem produzir conhecimentos próprios com base nas suas experiências e modo de vida. Em comunidade, o morador é um ser social, pois representa a manifestação e confirmação da vida social. Esta manifestação se dá pela convivência entre os comuns, pelo exercício de suas atitudes e pela formação da identidade social, promovendo mediações, relações e formas de ação que operam nos modos de vida.

A CNV ao resistir, lembra do passado como uma maneira de não permitir mais aniquilação da sua memória, pois toda ação humana é fruto de processos sócio-históricos e culturalmente aprendidos. Essa consciência política vem permitindo à CNV viver e a aprender novas e importantes lições com o território amazônico. Para tanto, vem conseguindo interagir com as novas oportunidades de trabalho, seus membros estão priorizando os estudos, há uma orientação de preservação da natureza. Percebem que a existência da comunidade está baseada na integração dos seus membros, que aprendem com outras culturas e situações sociais, sabendo valorizar sua história. Essa compreensão e o esforço despendido pouco valerá para este novo cenário, caso não venha acompanhado da capacidade criativa da comunidade, dos seus vários níveis de interação política e cultural, superando a fragmentação e auto-suficiência, para gerar o fortalecimento da articulação social e cultural (redes sociais) presente em potencial nestes espaços amazônicos.

As práticas educativas e o processo de formação historicamente construído apontam para as condições de possibilidade da comunidade, sua força e consciência. No município a correlação de força é forte (“retalhado”), os interesses antagônicos chocam-se, mas, mesmo assim, as pessoas negociam, interagem, estabelecendo campos de convivência. Para isto, saber falar é fundamental, assim como se posicionar, reivindicar e cobrar. Isto reforça a experiência de existência da comunidade, onde as dimensões ética e política assumem sua radicalidade. O protagonismo, os conflitos e as lições da CNV são fruto das suas opções e decisões políticas em contextos de deslocamentos. Essa comunidade conhece, de fato, a realidade e tem identidade territorial com o local.

Notamos que as contradições sociais e as iniciativas de diálogo e colaboração entre múltiplos atores e setores da sociedade civil organizada (mediadores) abriram oportunidades inéditas para a mobilização de recursos e competências à comunidade, correspondendo a processos de transformação social que ainda estão em curso, mas que gestam contextos políticos e novos desdobramentos sociais, que também desafiam as estratégias de organização social da comunidade. Os saberes do fazer estão sendo ressignificados, mas os saberes do conviver/viver junto conseguiram permanecer, mesmo ainda com todas as contradições sociais presentes. Pertencer à CNV significa fazer parte de um grupo que luta por direitos e busca organiza-se para consegui-los. O seu empoderamento é uma reinvenção dos modos de vida para continuar existindo na Amazônia urbano-industrial. Acreditamos que a forma de lutar foi mudada, mas a comunidade não mudou de lado. Ela continua sendo uma expressão de vida na floresta, como nos relatou um comunitário: “A gente não se aquieta. A luta da gente é muito grande” (JOSÉ MOREIRA, 2010).

O caminhar pela história da comunidade, atentos aos fatos e às reflexões que vieram das ricas memórias, nos permitiu conhecer a mudança social vivenciada pela CNV. Os significados deste processo para comunidade, na atual conjuntura, estão no campo da organização comunitária, da formação, da superação de dificuldades, dos conflitos de convivência e do equilíbrio entre interesses individuais e coletivos. Aprendeu-se que o esforço comunitário é condição necessária para a ação não subjugada; que a colaboração de mediadores e a formação de parcerias é fundamental para a formação política e organização coletiva e de outras atividades; que é a desterritorialização que promove danos sociais e emocionais; que a diferença é condição humana importante para o aprofundamento da convivência.

Na CNV é tempo de recuperar a força do coletivo, de atenção ao movimento de fragmentação. Tempo, também, de renovação do compromisso com a história de luta da comunidade, aprofundando as conquistas e superando fragilidades. Este é o momento para renovar a esperança, motivada pelo ingresso de seus membros no ensino superior, pela formação de cooperativas, pelo entusiasmo com os cursos. A CNV pensa em valorizar os aprendizados adquiridos nas lutas sociais e superar os erros percebidos nas experiências organizativas anteriores, como a dependência, a fragmentação, a liderança pouco politizada. A valorização dessa

história que foi e é uma história de luta pela vida significa ter consciência dos direitos e de viabilizá-los. Por isso Nova Vida, vida digna e que valoriza as várias expressões das Amazônias, dos seus povos, das suas tradições.